

Elaboração de Procedimentos para Desenvolvimento de Assentamentos de Agricultores Rurais da RIDE-DF

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como parte dos requisitos para obtenção do
grau de Especialista em Gestão Pública com
Ênfase em Governo Local.

Aluno: Hilton Jaziel Estanislão

Orientador: Prof. Doutor: Hélio Beiroz
Imbrosio da Silva

Brasília – DF
Novembro/2018

**Elaboração de Procedimentos para Desenvolvimento de Assentamentos de Agricultores
Rurais da RIDE-DF**

Autor: Hilton Jaziel Estanislão
Escola Nacional de Administração Pública – ENAP

Brasília – DF
Novembro/2018

Palavras chave: Agricultura familiar, Indicadores, Reforma agrária.

Resumo analítico:

O presente trabalho tem como objetivo analisar o desempenho dos assentamentos da RIDE-DF – Região Integrada de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal – e, a partir dessa análise, elaborar procedimentos para a melhoria da qualidade de vida e dos meios de produção nestes assentamentos, viabilizando condições dignas de vida e a utilização produtiva do solo. O projeto pretende contribuir para aumentar a permanência das famílias no campo a partir da geração de renda e melhorias na qualidade de vida, consequentemente aumentando a oferta de produtos para abastecimento da região. Neste sentido, são apresentados os conceitos e uma breve caracterização histórica da reforma agrária, do agronegócio, dos trabalhadores rurais, da agricultura familiar, dos assentamentos rurais e sobre a RIDE-DF. Neste estudo é sugerida a utilização de índices que serão obtidos através de questionários aplicados aos assentados, identificando e catalogando intervenções bem-sucedidas no processo de desenvolvimento dos assentamentos para que seja elaborado um relatório, sugerindo boas práticas em políticas públicas que sirvam para impulsionar o desenvolvimento sócio econômico dos assentamentos em condições precárias, envolvendo atores do poder público e da sociedade civil.

SUMÁRIO

1.	Diagnostico	1
1.1.	Definição do problema	1
1.2.	Contexto/justificativa do problema	1
1.3.	Metodologia de coleta de dados	2
1.4.	Localização do Plano de Intervenção	8
1.5.	Público-Alvo.....	11
1.6.	Valor previsto	11
1.7.	Duração.....	12
1.8.	Instituição/Unidade Funcional Gestora e Idealizadora	12
2.	Objetivos	12
2.1.	Objetivo Geral:.....	12
2.2.	Objetivos Específicos:.....	13
3.	Marco Técnico e Teórico	13
3.1.	Assentamentos Rurais e Reforma Agrária	13
3.2.	Agricultura Familiar	14
3.3.	Agronegócio	16
3.4.	Agricultura Familiar X Agronegócio	17
3.5.	Estabelecimento do problema	18
4.	Escopo.....	21
4.1.	Estrutura Analítica do Projeto (EAP)	21
4.2.	Não escopo	23
4.3.	Levantamento de restrições.....	24
4.4.	Premissas.....	24
4.5.	Riscos	24
4.6.	Estrutura de gestão e principais atores envolvidos	25
4.7.	Quadro de Trabalho/equipe.....	25
5.	Cronograma	28
6.	Considerações finais	29
7.	Referências bibliográficas.....	30

1. DIAGNOSTICO

1.1. Definição do problema

A Subsecretaria de Administração Fundiária (SAF) da Secretaria de Agricultura Abastecimento e Desenvolvimento do Distrito Federal (SEAGRI-DF), com o apoio do INCRA, tem como uma de suas finalidades a administração dos assentamentos de trabalhadores rurais do DF.

Esta parceria permite que os agricultores de assentamentos rurais tenham maior facilidade de acesso a políticas públicas de infraestrutura, insumos para plantio, apoio técnico da EMATER, financiamentos e créditos rurais federal para produção agrícola. Porém, alguns agricultores da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal – RIDE-DF não alcançam esses incentivos. Parte destes agricultores beneficiados pelo INCRA, por não conseguirem condições adequadas, acabam simplesmente por abandonar suas terras.

É necessário viabilizar, nos assentamentos, condições dignas e adequadas às peculiaridades locais, para utilização produtiva do solo. Estas condições permitiriam a permanência das famílias no campo a partir da geração de renda e melhorias na qualidade de vida. Como resultado vislumbra-se aumento da renda, produção e, conseqüentemente, incremento na oferta de produtos para abastecimento da região, cenário que contribui para a inclusão econômica das famílias assentadas. Por outro lado, o emprego adequado de políticas públicas bem elaboradas, permitiriam a economia de recursos e melhoria da eficiência e eficácia do trabalho dos agentes públicos com o melhor emprego dos recursos disponíveis.

1.2. Contexto/justificativa do problema

O Distrito Federal e RIDE-DF apresentam uma área de 94.570,39 quilômetros quadrados (IBGE,2018). Essa região possui 150 assentamentos que abrigam cerca de 11.513 famílias, distribuídas em 5.097 quilômetros quadrados (INCRA,2018). Esse grande contingente cria uma forte demanda por apoio técnico e social e um grande risco de se criar graves problemas sociais se não atendida. Esses problemas podem vir a comprometer gravemente a qualidade de vida de uma parcela significativa da população.

Diante disso, este projeto de intervenção se mostra como uma ferramenta importante para diagnosticar as condições da qualidade de vida dessa população e analisar os efeitos das atuais políticas públicas oferecidas para os assentamentos rurais com vistas a melhorá-las e/ou

replicá-las. O projeto contribui, assim para melhorar a geração de renda, a oferta de alimentos para a população e para redução da população em risco alimentar e social.

1.3. Metodologia de coleta de dados

Serão analisados dados primários oriundos da aplicação de questionários e entrevistas semi-estruturadas, junto a cinquenta produtores dos assentamentos de reforma agrária da RIDE-DF. Para isto, será feito junto ao INCRA e a SEAGRI-DF, o levantamento do número e a caracterização dos assentamentos de acordo com a localização e o tempo de implantação. Dentro deste universo serão selecionados pelo menos 10 assentamentos representativos dos diferentes graus de desenvolvimento. Em cada assentamento serão entrevistados pelo menos 5 assentados. Após a coleta dos dados, com os questionários respondidos será feita uma análise criteriosa dos questionários para calcular os índices identificando os fatores, ações e processos que impactam no fortalecimento ou fragilização desses assentamentos. Diante disso, será elaborado um relatório da situação dos assentamentos sugerindo boas práticas e políticas públicas mais eficientes.

Para caracterizar os assentamentos, será utilizada a metodologia de FERNANDES 1997, apud KHAN & SILVA, 2002. Será calculado o Índice de Desenvolvimento dos assentamentos a partir dos índices: Índice de Qualidade de Vida (IQV), Índice de Capital Social (ICS), Índice Ambiental (IA). Além destes, será utilizado o Índice de Satisfação dos Produtores com Serviços Prestados pelas Políticas Públicas (ISP), conforme KHAN & SILVA (2002). Estes índices serão calculados utilizando dados e informações obtidas por meio de questionários aplicados aos assentados conforme as fórmulas descritas abaixo:

- **Índices Qualidade de Vida (IQV):**

$$IQV = \frac{1}{n} \sum_{j=1}^n \left[\frac{\sum_{i=1}^m E_{ij} \cdot P_{ij}}{\sum_{i=1}^m Emax_i \cdot Pmax_i} \right]$$

$$C_i = \left[\frac{\sum_{j=1}^n E_{ij} \cdot P_{ij}}{n(\sum_{i=1}^m Emax_i \cdot Pmax_i)} \right]$$

Onde:

IQV = Índice de Qualidade de Vida;

n= Número de produtores;

j = 1,...,n (número de produtores);

i = 1,...,m (número de indicadores);

m = Número de indicadores;

P_{ij} = Peso do i-ésimo indicador alcançado pelo j-ésimo produtor;

E_{ij} = Escore do i-ésimo indicador, alcançado pelo j-ésimo produtor;

E_{maxi} = Escore máximo atingível pelo indicador i;

P_{maxi} = Peso máximo do i-ésimo indicador;

C_i = Contribuição do indicador (i) no Índice Social do assentamento.

1) Educação

Este indicador será mensurado, considerando-se a presença ou ausência de escolas no assentamento, numa escala de 0 a 3, onde:

- a) Ausência de escola pública ou comunitária0
- b) Existência de cursos de alfabetização..... 1
- c) Existência de cursos de ensino fundamental..... 2
- d) Existência de cursos de ensino médio..... 3

2) Habitação

Na determinação deste indicador, consideraram-se os aspectos de moradia do produtor assentado no que se refere ao tipo de construção da residência e fonte de energia:

I. Tipo de construção da residência:

- a. Casa de taipa, coberta de palha ou telhas..... 0
- b. Casa de tijolo, sem reboco e piso..... 1
- c. Casa de tijolo, com reboco e piso..... 2

II. Tipo de iluminação:

- a. Lampião a querosene, gás ou lamparina e/ou velas..... 0
- b. Energia elétrica..... 1

O somatório das pontuações dos subitens I e II formará o escore equivalente à variável citada.

3) Aspectos Sanitários

Este indicador será composto de três variáveis:

- 1º) Tipo de tratamento dado à água para consumo humano;
- 2º) destino dado aos dejetos humanos; e
- 3º) destino dado ao lixo domiciliar.

I. Tipo de tratamento dado à água para consumo humano:

- a. Nenhum tratamento..... 0
- b. Fervida, filtrada ou hipoclorito de sódio..... 1
- II. Destino dado aos dejetos humanos:
 - a. Jogados a céu aberto ou enterrado..... 0
 - b. Dirigidos a fossa ou esgoto..... 1
- III. Destino dado ao lixo domiciliar:
 - a. Lançado ao solo ou queimado..... 0
 - b. Enterrado..... 1

A totalidade das pontuações dos subitens I, II e III formará o escore para a avaliação do indicador.

4) Indicador de Bens Duráveis

A posse de bens de consumo duráveis será organizada em três grupos, considerando-se o valor econômico equivalente a cada um deles:

Grupo 1: rádio, ventilador, liquidificador, bicicleta, equipamento de trabalho;

Grupo 2: equipamento de som, televisor, fogão a gás, algumas máquinas agrícolas, equipamento de irrigação;

Grupo 3: geladeira, celular, antena parabólica, motocicleta, carro.

Considerando a prerrogativa de que quanto maior a acumulação quantitativa de bens e a variação qualitativa, melhor expressa-se a qualidade de vida, serão atribuídos os seguintes escores:

- a. Possui pelo menos um dos bens do grupo 1 e nenhum dos bens dos outros..... 1
- b. Possui pelo menos um dos bens dos grupos 1 e 2..... 2
- c. Possui pelo menos um dos bens do grupo 1, do grupo 2 e do grupo 3..... 3

O índice de qualidade de vida (IQV) pode assumir valores compreendidos entre zero e um. O IQV com valor situado de 0 (zero) a 0,5 (zero vírgula cinco) representa um baixo nível de qualidade de vida; se o IQV se situa acima de 0,5 (zero vírgula cinco) até 0,8 (zero vírgula oito), a comunidade possui médio nível de qualidade de vida, e IQV acima de 0,8 (zero vírgula oito) significa que essa comunidade possui elevado nível de qualidade de vida.

• **Índice Capital Social (ICS)**

$$ICS = \frac{1}{n} \sum_{j=1}^n \left[\frac{\sum_{i=1}^m E_{ij}}{\sum_{i=1}^m Emax_i} \right]$$

$$C_i = \frac{\sum_{j=1}^n E_{ij}}{\sum_{i=1}^m \sum_{j=1}^n Emax_i}$$

Na composição deste índice, consideraram-se os indicadores relativos à participação dos assentados em associações, sindicatos etc., atribuindo a estes valores de 0 (zero) a 1 (um), com o objetivo de avaliar o engajamento dos produtores e de suas famílias com a organização.

1. Você participa ativamente das atividades com a associação à qual é filiado?
 - a. Não..... 0
 - b. Sim..... 1
2. Nas reuniões você apresenta sugestões?
 - a. Não..... 0
 - b. Sim..... 1
3. As sugestões apresentadas são apreciadas e aprovadas nas reuniões?
 - a. Não..... 0
 - b. Sim..... 1
4. Todas as decisões da associação são apreciadas e aprovadas em reuniões?
 - a. Não..... 0
 - b. Sim..... 1
5. As decisões tomadas nas reuniões são efetivamente executadas pela diretoria?
 - a. Não..... 0
 - b. Sim..... 1
6. Os investimentos que a associação realiza são submetidos e aprovados nas reuniões?
 - a. Não..... 0
 - b. Sim..... 1
7. Você participou da escolha dos dirigentes da associação?
 - a. Não..... 0
 - b. Sim..... 1

- **Índice Ambiental (IA)**

Conforme Pereira (2001), uma justificativa para a utilização do indicador de sustentabilidade ambiental é a seguinte: a preservação e a recuperação do solo constituem uma questão básica, ou seja, qualquer atividade agrícola que destrua o solo, seja no curto ou longo prazo, não pode de forma alguma ser considerada uma atividade que esteja de acordo com o conceito e a prática de desenvolvimento sustentável. O índice ambiental foi obtido conforme descrito por SOUSA et al. (2005) com a equação:

$$IA = \frac{1}{n} \sum_{j=1}^n \left[\frac{\sum_{i=1}^m E_{ij}}{\sum_{i=1}^m Emax_i} \right]$$

E a contribuição de cada indicador:

$$C_i = \frac{\sum_{j=1}^n E_{ij}}{\sum_{i=1}^m \sum_{j=1}^n Emax_i}$$

Foram utilizados no cálculo do índice, com seus respectivos escores, para a aferição do Índice Ambiental os seguintes indicadores:

- 1) A conservação do solo é feita através de:
 - a. Nenhuma prática 0
 - b. Práticas mecânicas 1
 - c. Práticas biológicas 2
- 2) Que método de controle você utiliza na unidade produtiva?
 - a. Agrotóxico 0
 - b. Nenhum método 1
 - c. Biológico 2
- 3) Faz utilização de fogo em atividades agropecuária?
 - a. Sim 0
 - b. Não 1
- 4) Existe alguma área de reserva de mata nativa no assentamento?
 - a. Não 0
 - b. Sim 1

5) Existe alguma prática de plantio para evitar a degradação do solo?

a. Não 0

b. Sim 1

• **Índice de Satisfação dos Produtores com os Serviços Prestados pelas Políticas Públicas. (ISP)**

O nível de satisfação alcançado pelos produtores rurais beneficiados com os serviços ofertados foi mensurado através de índices resultantes de agregação dos seguintes indicadores: forma e frequência de assistência técnica; assunto tratado; conhecimento do extensionista.

Segundo KHAN & SILVA (2002), é necessário que os serviços prestados sejam elaborados considerando a participação do indivíduo na definição do seu nível de satisfação.

Dessa forma, os referidos indicadores serão mensurados atribuindo-se escores e pesos com os indicadores a seguir:

- Baixa satisfação – 1
- Média satisfação – 2
- Alta satisfação – 3

Assim, o índice de satisfação foi definido como:

$$ISP = \frac{1}{n} \sum_{i=1}^n \left[\frac{\sum_{j=1}^m S_{ij} \cdot P_{ij}}{\sum_{j=1}^m S_{maxi} \cdot P_{maxi}} \right]$$

$$S_i = \frac{\sum_{j=1}^n S_{ij} \cdot P_{ij}}{\sum_{j=1}^n \sum_{i=1}^m S_{maxi} \cdot P_{maxi}}$$

onde:

ISB = índice de satisfação;

S_{ij} = escore do i-ésimo indicador, obtida pelo j-ésimo produtor;

P_{ij} = peso do i-ésimo indicador, definido pelo j-ésimo produtor;

P_{maxi} = peso máximo do i-ésimo indicador;

S_{maxi} = escore máximo do i-ésimo indicador;

S_i = contribuição do indicador “i” no índice de satisfação dos produtores;

$i = 1, \dots, m$, número de indicadores;

$J = 1, \dots, n$, número de produtores.

A seguir são destacadas algumas considerações sobre as variáveis e os respectivos escores utilizados na mensuração do nível de satisfação.

1) Frequência

Na determinação desta variável considerou-se a frequência na prestação de serviços aos agricultores assistidos, como mostrado a seguir:

- a. Assistência técnica bimestral ou mais tempo 1
- b. Assistência técnica mensal 2
- c. Assistência técnica semanal ou quinzenal 3

2) Forma

Esta variável foi determinada através de método pelo qual a assistência técnica é prestada aos assentados, como a seguir:

- a. Visita a propriedade 1
- b. Visita a propriedade e faz as reuniões com agricultores ou demonstrações 2
- c. Visita a propriedade, faz reuniões e demonstrações..... 3

3) Assuntos tratados

Esta variável foi medida pelo aspecto de abordagem de temas durante a visita do extensionista aos produtores, de acordo com a seguinte escala:

- a. Tecnologia agropecuária1
- b. Tecnologia agropecuária e organização ou gestão.....2
- c. Tecnologia agropecuária, organização e gestão.....3

4) Conhecimento do extensionista

Esta variável foi calculada considerando-se o conhecimento do extensionista em relação às reais necessidades dos produtores rurais, como a seguir:

- a. Regular 1
- b. Bom 2
- c. Excelente3

1.4. Localização do Plano de Intervenção

O Plano de Intervenção ocorrerá na RIDE-DF que está localizada na região centro-oeste e parte da região sudeste e é composta pelo Distrito Federal, pelos municípios dos estados de Minas Gerais e de Goiás conforme tabela abaixo.

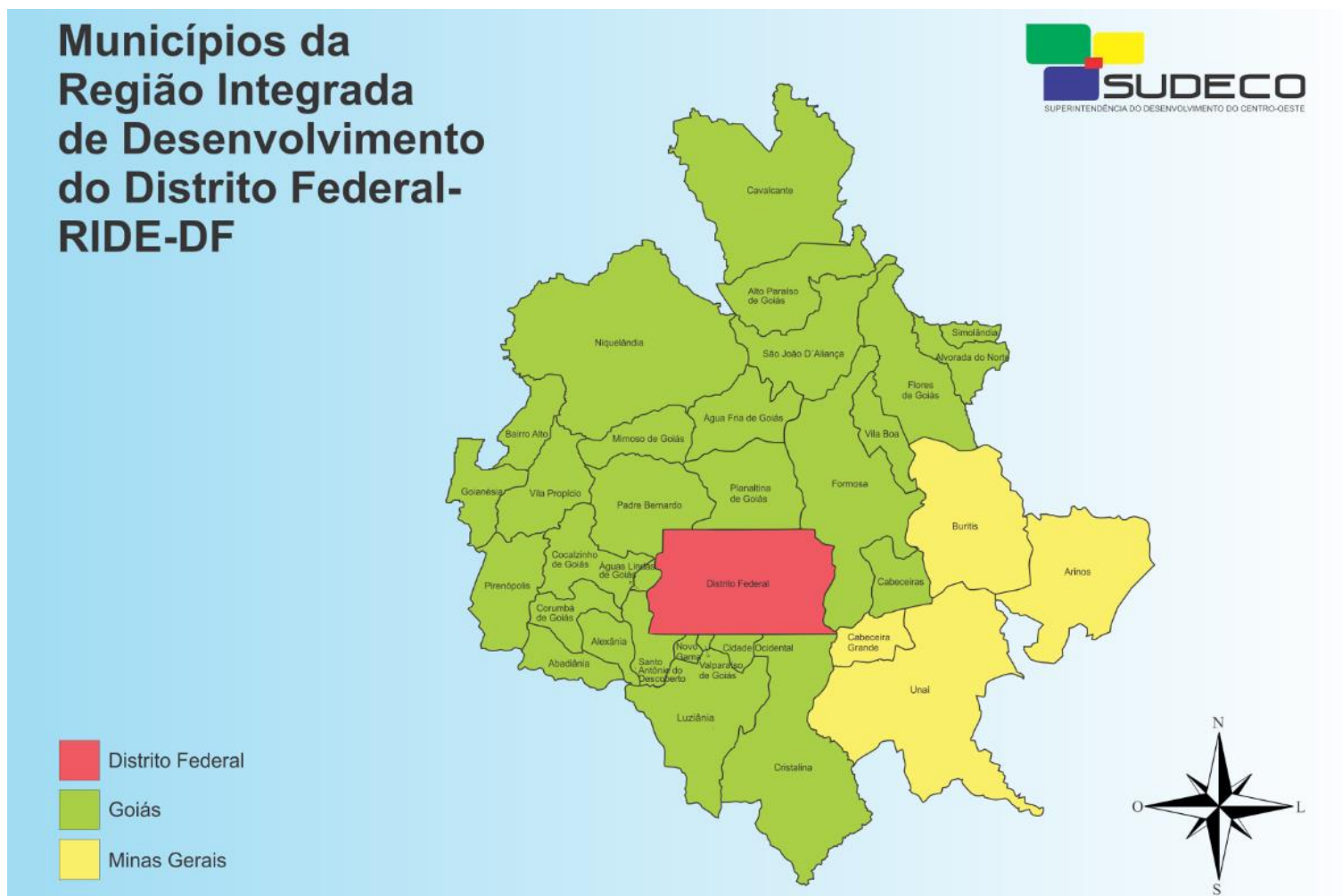
Nº	UF	Município	Área (km²)	População (2018)	PIB per capita/2015	IDH (2010)	Nº de Assentamentos
1	GO	Abadiânia	1.045,127	19.614	15.999,73	0,689	1
2	GO	Água Fria de Goiás	2.029,416	5.676	36.645,91	0,671	5

3	GO	Águas Lindas de Goiás	188,385	207.070	8.248,15	0,686	0
4	GO	Alexânia	847,893	27.288	27.952,14	0,682	0
5	GO	Cabeceiras	1.126,912	7.939	27.931,03	0,668	1
6	GO	Cidade Ocidental	389,985	69.829	10.000,82	0,717	1
7	GO	Cocalzinho de Goiás	1.789,039	19.971	14.955,68	0,657	3
8	GO	Corumbá de Goiás	1.061,955	11.050	13.234,06	0,680	1
9	GO	Cristalina	6.162,089	57.759	36.482,03	0,699	9
10	GO	Formosa	5.811,788	119.506	17.235,90	0,744	17
11	GO	Luziânia	3.961,100	205.023	17.282,85	0,701	2
12	GO	Mimoso de Goiás	1.386,915	2.612	13.786,73	0,665	0
13	GO	Novo Gama	194,992	113.679	7.491,84	0,684	0
14	GO	Padre Bernardo	3.139,175	33.228	15.415,69	0,651	9
15	GO	Pirenópolis	2.205,010	24.749	15.290,36	0,693	0
16	GO	Planaltina	2.543,677	89.181	10.486,51	0,669	5
17	GO	Santo Antônio do Descoberto	944,145	73.636	8.174,27	0,665	0
18	GO	Valparaíso de Goiás	61,450	164.723	14.062,11	0,746	0
19	GO	Vila Boa	1.060,172	6.026	18.992,37	0,647	2
20	MG	Buritiz	5.225,186	24.663	24.713,09	0,672	0
21	MG	Unaí	8.448,082	83.808	29.431,54	0,736	26
22	DF	Brasília	5.779,997	2.974.703	73.971,05	0,824	13
23	GO	ALTO PARAISO DE GOIÁS*	2.593,905	7.558	18.760,39	0,713	2
24	GO	ALVORADA DO NORTE*	1.259,366	8.614	12.739,09	0,66	3
25	GO	BARRO ALTO*	1.093,248	10.922	60.313,59	0,742	1
26	GO	CAVALCANTE*	6.953,666	9.963	25.562,28	0,584	1
27	GO	FLORES DE GOIÁS*	3.709,427	16.100	9.112,72	0,597	20
28	GO	GOIANÉSIA*	1.547,274	69.072	16.697,02	0,727	3
29	GO	NIQUELÂNDIA*	9.843,247	46.039	26.504,71	0,715	10
30	GO	SÃO JOÃO D'ALIANÇA*	3.327,379	13.387	19.019,25	0,685	8
31	GO	SIMOLÂNDIA*	347,976	6.832	12.604,32	0,645	2
32	GO	VILA PROPÍCIO*	2.181,583	5.758	35.691,39	0,634	5
33	MG	ARINOS*	5.279,419	17.888	10.863,19	0,656	0
34	MG	CABECEIRA GRANDE*	1.031,409	6.909	29.621,95	0,648	0
Total			94.570,39	4.560.775			150

*Cidades incluídas na RIDE-DF pela Lei Complementar nº 163, de 14-06-2018.

Fonte: IBGE, 2018 e INCRA, 2018.

Mapa atualizado da RIDE-DF.



Fonte: SUDECO, 2018.

1.5. Público-alvo

O público alvo desse Plano de intervenção serão os agricultores assentados na RIDE-DF pelo sistema de reforma agrária do INCRA. Nesse universo há um total de 150 assentamentos que gera capacidade de ocupação para 14.086 famílias, sendo ocupadas por 11.513 famílias, distribuídas em 33 municípios mais o Distrito Federal.

Além dos assentados, farão parte do público alvo do plano de intervenção todas as instituições que prestam serviços direta ou indiretamente aos assentamentos como a SEAGRI-DF, INCRA, EMATER e outras instituições do DF e da RIDE-DF, além das prefeituras dos municípios relacionados.

1.6. Valor previsto

O custo previsto é de R\$20.000,00 (vinte mil reais) e inclui os valores relacionados na tabela abaixo.

Item	Quantidade	Valor (R\$)	
		Unitário	Total
Gasolina (l)	800	5,00	4.000,00
Diárias pesquisador	20	150,00	3.000,00
Diárias motorista	20	150,00	3.000,00
Material de escritório	1	500,00	500,00
Notebook	1	1.500,00	1.500,00
Produção e Diagramação dos resultados dos Diagnósticos orientados aos gestores públicos.	1	1.500,00	1.500,00
Atividade de articulação e mobilização com	1	2.000,00	2.000,00

gestores públicos dos municípios da RIDE DF. (Auditório com coffee Break)			
Total			20.000,00

1.7. Duração

Estipula-se um prazo de 9 (nove) meses para a conclusão deste Plano de Intervenção. Esse prazo é necessário devido a quantidade de dados a serem levantados junto aos órgãos; ao tamanho da RIDE-DF, pois os assentamentos estão distantes entre si; ao processo de coleta e tabulação de dados e elaboração dos relatórios; também é necessário observar os prazos para tomada de decisão dos gestores públicos para o andamento dos trabalhos.

1.8. Instituição/Unidade Funcional Gestora e Idealizadora

Fica indicada a Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural do DF – SEAGRI-DF como instituição funcional, gestora e idealizadora desse projeto, por ser responsável pela gestão das políticas públicas de estímulo à agropecuária, pelo fomento do agronegócio e pela regulação e normatização de serviços vinculados ao setor, no âmbito do Distrito Federal.

A SEAGRI-DF também coordena e promove o desenvolvimento rural, econômico e ambiental sustentável, administra as terras públicas rurais e zela pela segurança alimentar da população por meio de ações de fiscalização e inspeção animal e vegetal.

2. OBJETIVOS

2.1. Objetivo Geral:

Analisar o desempenho dos assentamentos da RIDE-DF e elaborar procedimentos para a melhoria da qualidade de vida e dos meios de produção nestes assentamentos, identificando possíveis gargalos a serem eliminados e boas práticas a serem difundidas.

2.2. Objetivos Específicos:

Mapear, identificar e catalogar, por meio de diagnóstico, as intervenções bem-sucedidas e possíveis gargalos no processo de desenvolvimento dos assentamentos assim como os processos a estes associados.

Avaliar incorporando a percepção das famílias assentadas, as políticas públicas empregadas nos assentamentos.

Elaborar um relatório da situação dos assentamentos sugerindo boas práticas e políticas públicas para eliminar possíveis gargalos com metodologia adequada às condições dos assentamentos.

Elaborar procedimentos de atuação junto aos atores do poder público e sociedade civil, visando articulação e sinergia de esforços para aplicação das boas práticas, observando modelagem calcada nos princípios de transparência e participação social, respeitando as especificidades de cada ente da RIDE-DF.

Gerar e sistematizar informações na forma de guias orientadores de boas práticas e relatórios diagnósticos para servirem de insumos à políticas e programas orientados a impulsionar o desenvolvimento sócio-econômico dos assentamentos em condições precárias reaplicando as estratégias e procedimentos elaborados.

3. MARCO TÉCNICO E TEÓRICO

3.1. Assentamentos Rurais e Reforma Agrária

Segundo o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), o assentamento rural é um conjunto de unidades agrícolas independentes entre si, instaladas pelo INCRA onde originalmente existia um imóvel rural que pertencia a um único proprietário (INCRA, 2018). Cada parcela, lote ou gleba, é entregue pelo INCRA a uma família sem condições econômicas para adquirir e manter um imóvel rural. As famílias assentadas podem morar na parcela e explorá-la para seu sustento, utilizando exclusivamente a mão de obra familiar. Eles contam com créditos, assistência técnica, infraestrutura e outros benefícios de apoio ao desenvolvimento das famílias assentadas (INCRA, 2018). Assim o assentamento é um mecanismo que favorece o melhor uso da terra por meio da agricultura familiar, apresentando um importante papel social e econômico.

“De acordo com os ideólogos governamentais, os “trabalhadores rurais assentados pela reforma agrária são, a rigor, agricultores familiares, só se diferenciando uns dos outros pela forma de entrada no sistema e pela desvantagem dos primeiros quanto à capitalização e, na maioria, quanto aos conhecimentos necessários para o manejo da terra e da produção” (BRASIL, 1999, p.2 apud ALENTEJANO, 2000).

Assim, embora os trabalhadores rurais familiares assentados tenham recebido a terra para produção, não possuem capital e formação necessária para trabalhar a terra e produzir seu sustento, necessitando de um maior apoio da gestão pública.

Conforme destacado por DENARDI (2001),

“Algumas novas funções da agricultura e do espaço rural (geração de emprego e preservação ambiental) advêm, principalmente, das cada vez mais minguadas possibilidades de geração de emprego na indústria e no meio urbano em geral, bem como das recentes demandas internas e externas que exigem a preservação da natureza e ambientes mais propícios para uma vida saudável.”.

Isso sustenta a necessidade da implantação de assentamentos rurais como forma de prover as melhores condições para o uso da terra pela agricultura familiar.

A renda gerada pela agricultura familiar para os assentados, eleva o bem-estar das famílias de pequenos produtores e é uma estratégia de saída da pobreza que envolve tanto a produção agrícola – principalmente para o autoconsumo e comercialização residual – como o trabalho fora dos estabelecimentos, pluriatividade no meio rural e atividades no meio urbano (BUAINAIN e GARCIA, 2013, p. 64. Apud VILELA, 2014).

3.2. AGRICULTURA FAMILIAR

A Lei 11.326, de 24 de julho de 2002, define como agricultores familiares pessoas que administram e trabalham com mão de obra da própria família nas atividades de seu estabelecimento, que não pode ser maior que quatro módulos fiscais, compreendidos como unidades territoriais determinadas pelo tipo predominante de exploração e de renda obtida em escala municipal (MDA,2018).

O conceito de agricultura familiar ainda é recente, pelo menos no Brasil. Apesar de ter cerca de vinte e sete anos. Antes disso, falava-se em pequena produção, pequeno agricultor e, um pouco antes, ainda se utilizava o termo camponês (DENARDI, 2001).

Além de ser fonte de habitação, trabalho etc. a agricultura familiar tem um importante papel para a segurança alimentar do país, onde se destaca o consumo das famílias no meio rural.

“...as causas da insegurança alimentar de parte significativa da população brasileira estão relacionadas, diretamente, as dificuldades de acesso aos alimentos, seja pelo não-acesso aos meios produtivos, seja por falta de trabalho e renda necessária para aquisição nos mercados” (GADELHA & MALUF, 2010, p.40 apud GOMES & GOMES, 2014, p.115).

A agricultura familiar se destaca no fornecimento de alimentos para o consumo interno do país, gerando diversidade agrícola e garantindo uma dieta alimentar variada e adequada as demandas das populações locais, oferecendo alimentos saudáveis. O Censo Agropecuário 2006 mostra a importância da agricultura familiar para a soberania e a segurança alimentar e confirma também o papel da agricultura familiar como a principal fornecedora de alimentos para a população brasileira. Mesmo cultivando uma área menor com lavouras (17,7 milhões de hectares) e com pastagens (36,4 milhões de hectares), ela detém altos índices no fornecimento de alimentos básicos e proteína animal para o consumo interno: mandioca (87% do consumo interno); feijão (70%); milho (46%); café (38%); arroz (34%) leite (58%); aves (50%); suínos (59%), bovinos (30%), horticultura em geral (63%), dentre outros (IBGE, 2006).

Observamos também que na estrutura produtiva da agricultura familiar citada no Censo Agropecuário 2006, foram identificados 4.367.902 estabelecimentos da agricultura familiar, o que representa 84,4% dos estabelecimentos brasileiros. Este numeroso contingente de agricultores familiares ocupava uma área de 80,25 milhões de hectares, ou seja, 24,3% da área ocupada pelos estabelecimentos agropecuários brasileiros. (IBGE, 2006).

“A importância da Agricultura Familiar sustenta-se nos seguintes aspectos: (a) está intrinsecamente vinculada à segurança alimentar e nutricional; (b) preserva os alimentos tradicionais, além de contribuir para uma alimentação balanceada e salvaguardar a agrobiodiversidade e o uso sustentável dos recursos naturais; (c)

representa uma oportunidade para impulsionar as economias locais, especialmente quando combinada com políticas específicas destinadas a promover a autonomia do agricultor, reafirmando sua identidade, a proteção social e o bem-estar das comunidades e o desenvolvimento rural sustentável; e d) demonstra o potencial para geração de postos de ocupação econômica.” (EMBRAPA, 2014, P. 4, apud HEBERLÊ et al. 2017)

O Censo Agropecuário 2006 registrou também 12,3 milhões de pessoas vinculadas à agricultura familiar (74,4% do pessoal ocupado no meio rural) em 2006, com uma média de 2,6 pessoas, de 14 anos ou mais, ocupadas por estabelecimento. (IBGE, 2006).

3.3. AGRONEGÓCIO

O termo agronegócio segundo o Dicionário Houaiss é definido como “Processos ou operações relacionadas à agricultura e à pecuária desde a produção de seus produtos até à comercialização dos mesmos”. Porém há uma discussão quanto o que realmente entra no escopo do agronegócio.

Segundo Fernandes (2014), o agronegócio representa as corporações capitalistas que constituíram um conjunto de sistemas para a produção de commodities, por meio do monocultor em grande escala, principalmente para exportação. A diferença entre o Agronegócio e a Agricultura Familiar explica a existência de dois ministérios para tratar do desenvolvimento da agricultura no Brasil. O Ministério da Agricultura é o mais antigo, criado na época do Brasil Império, é o ministério do agronegócio. O Ministério do Desenvolvimento Agrário foi criado após o massacre de Eldorado dos Carajás (1996) e tornou-se importante para o desenvolvimento da agricultura camponesa (familiar). Apesar do posicionamento contrário de parte expressiva de pesquisadores e lideranças de movimentos sociais relacionados à questão de acesso à terra, MDA ainda considera a agricultura familiar como parte do agronegócio.

“...o agronegócio na acepção brasileira do termo é uma associação do grande capital industrial com a grande propriedade fundiária. Essa associação realiza uma aliança estratégica com o capital financeiro, perseguindo o lucro e a renda da terra, sob patrocínio de política de Estado” (DELGADO, 2010, p. 93,94 apud GOMES & GOMES, 2014).

O agronegócio é a representação propagandeada do setor mais competitivo do campo, responsável pelas exportações de *commodities*, que resultam num “espetacular” *superávit* na balança comercial, e são símbolo da mundialização da economia brasileira (GOMES & GOMES, 2014).

Todavia, para a realização do Censo Agropecuário de 2006, o próprio Ministério do Desenvolvimento Agrário demandou ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a elaboração de uma versão do Censo, para destacar a produção da agricultura familiar. Pela primeira vez na história do Brasil, o Censo Agropecuário separou os resultados em duas partes: uma denominada de agricultura familiar e a outra de agricultura não familiar, procurando evitar o termo agronegócio, como publicado no Censo Agropecuário 2006.

3.4. AGRICULTURA FAMILIAR X AGRONEGÓCIO

O termo Agronegócio ou agricultura patronal e o termo agricultura familiar são conceitos criados recentemente para se referir à agricultura plenamente capitalista e à agricultura camponesa. A utilização dessas diferentes denominações faz parte do debate e embate entre os posicionamentos de retirar ou destacar o caráter de enfrentamento entre classes sociais no desenvolvimento territorial rural (FERNANDES, 2014).

Essa diferença entre campesinato e agronegócio se relaciona também com a dificuldade enfrentada pelos agricultores familiares devido a concentração de recursos no setor do agronegócio, prejudicando as atividades produtivas e econômicas dos pequenos agricultores.

Conforme Fernandes:

“...a cada ano, o agronegócio se territorializa com mais rapidez e desterritorializa a agricultura camponesa. (...) No Brasil, a reforma agrária não desconcentra terra. Ela só minimiza a intensidade da sua concentração. Esse é o novo conteúdo da questão agrária nesta primeira década do século XXI” (FERNANDES, 2010, p. 192 apud GOMES & GOMES, 2014).

Embora a agricultura familiar seja a principal responsável pela produção de alimentos no país, a imagem sobre a oferta de alimentos que é veiculada para a população induz o

consumidor a acreditar que o responsável pela oferta dos alimentos é o agronegócio. Segundo Carvalho:

“...mesmo que a agroindústria, como parte do agronegócio, seja responsável por parcela considerável dos produtos beneficiados para o consumo corrente da população urbana, não existe nessa relação entre produção e consumo de alimentos a presença explícita do camponês, ele sim o responsável pela produção de quase dois terços dos produtos consumidos nas cidades. ” (CARVALHO, 2014, p.88)

De fato, há uma especificidade importante na atualidade, que refere-se ao fato da questão agrária estar hoje centrada em uma contraposição entre dois modelos de produção que, no fundo, expressam diferentes projetos de desenvolvimento. A coexistência do agronegócio e da agricultura familiar representa um tensionamento por vezes encoberto por uma suposta (e irreal) harmonia entre políticas agrárias e agrícolas (GOMES & GOMES, 2014).

“[...] a noção de desenvolvimento adequada à agricultura familiar não deve se limitar aos resultados da atividade agrícola mercantilizada, mas incluir uma gama variada de formas de participação dessas famílias na economia e na sociedade, ainda que, aparentemente, possam ser vistas como “atrasadas” ou “não capitalistas”. (CARNEIRO, 1999, p.8 apud ALENTEJANO, 2000).

É necessário fortalecer a participação da agricultura familiar no território brasileiro através de suas organizações, da ação do estado e do apoio da sociedade. Segundo GUILHOTO et al. (2006) “Cabe ao governo e às comunidades a promoção de medidas capazes de alterar os rumos da produção familiar, devido a sua importância estratégica no que se diz respeito ao bem-estar geral da sociedade.”.

3.5. ESTABELECIMENTO DO PROBLEMA

Os agricultores de assentamentos rurais têm direito a incentivos, relacionados a infraestrutura, insumos para plantio, financiamentos, apoio técnico da EMATER, e créditos rurais para produção agrícola. Porém, alguns agricultores da Região Integrada de

Desenvolvimento do Distrito Federal – RIDE-DF não alcançam esses incentivos e parte dos agricultores beneficiados com terras pelo INCRA, por não conseguirem condições adequadas, simplesmente abandonam as terras.

É necessário viabilizar nos assentamentos condições dignas e adequadas às peculiaridades locais para utilização produtiva do solo permitindo a permanência das famílias no campo, a partir da geração de renda e melhorias na qualidade de vida. Como resultado vislumbra-se aumento da renda, produção e, conseqüentemente, incremento na oferta de produtos para abastecimento da região, cenário que contribui para a inclusão econômica das famílias assentadas e melhoria na qualidade de vida.

A Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – RIDE-DF foi criada pela Lei Complementar nº 94, de 19 de fevereiro de 1998 e regulamentada pelo decreto nº 7.469 de 4 de maio de 2011. A RIDE tem o objetivo de promover projetos de desenvolvimento econômico e melhorias em políticas públicas na escala regional, sendo que os investimentos devem priorizar interesses comuns entre os membros, de modo a promover o desenvolvimento integrado e favorecer a população.

Em 2018 foi sancionada a lei complementar nº 163, de 14-06-2018 que inclui mais 12 municípios na RIDE – DF. A nova lei visa apenas ampliar a área de abrangência da RIDE, com base no argumento de que existe um conjunto de municípios limítrofes a essa região que apresentam uma forte ligação socioeconômica com o Distrito Federal e não são seus membros originais. Essa ampliação teve como justificativa o desenvolvimento de ações governamentais e viabilizar soluções para os problemas que necessitam da atuação conjunta, buscando promover uma redução das diferenças socioeconômicas do Entorno (Agência Senado, 2018).

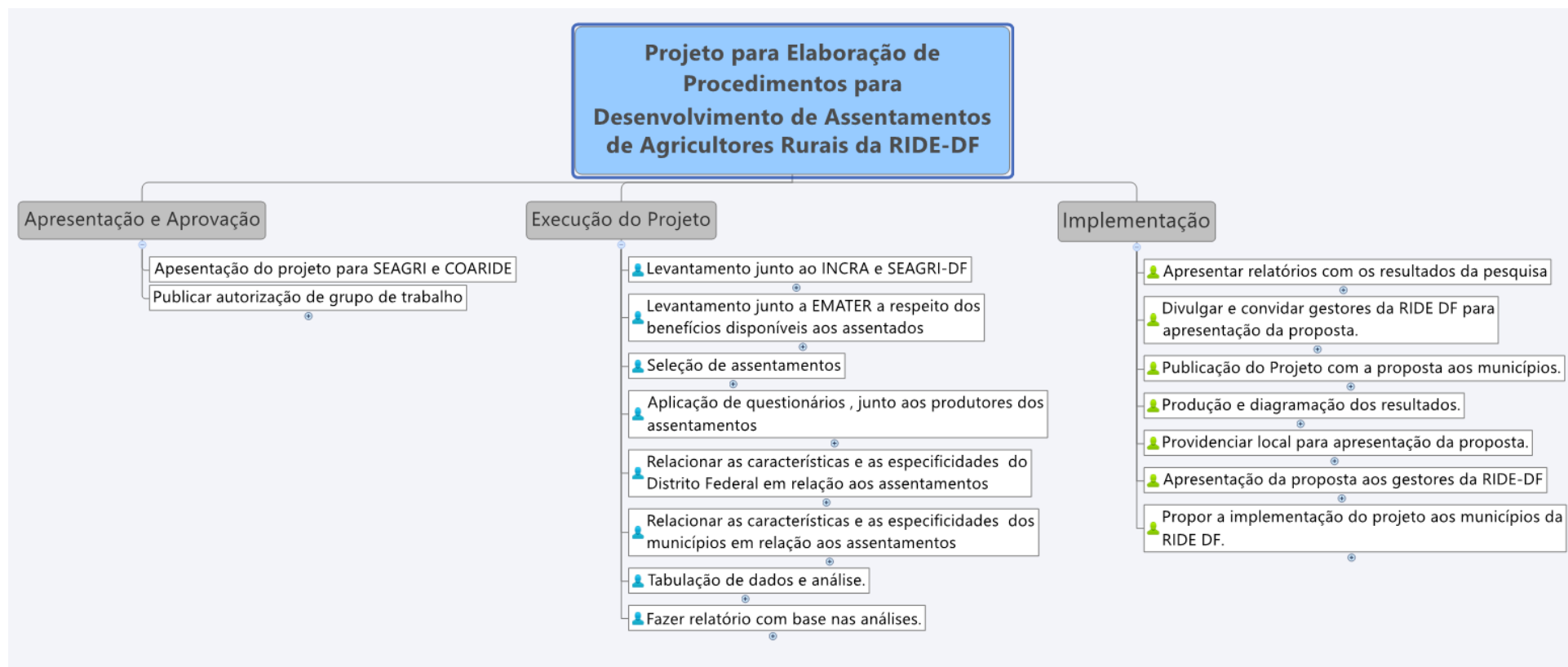
Conforme a Superintendência de Desenvolvimento do Centro Oeste – SUDECO (SUDECO, 2018), compõem a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE): Distrito Federal. Municípios do Estado de Goiás: Abadiânia, Água Fria de Goiás, Águas Lindas de Goiás, Alexânia, Alto Paraíso de Goiás, Alvorada do Norte, Barro Alto, Cabeceiras, Cavalcante, Cidade Ocidental, Cocalzinho de Goiás, Corumbá de Goiás, Cristalina, Flores de Goiás, Formosa, Goianésia, Luziânia, Mimoso de Goiás, Niquelândia, Novo Gama, Padre Bernardo, Pirenópolis, Planaltina, Santo Antônio do Descoberto, São João d'Aliação, Simolândia, Valparaíso de Goiás, Vila Boa e Vila Propício. Municípios do Estado de Minas Gerais: Arinos, Buritis, Cabeceira Grande e Unaí.

Conforme descrito pelo Ministério da Integração Nacional (MI, 2015), enquanto institucionalidade legalmente constituída, a RIDE tem prioridade no recebimento de recursos públicos destinados a investimentos que estejam de acordo com os interesses consensuados entre os entes. Esses recursos devem contemplar demandas por equipamentos e serviços públicos, fomentar arranjos produtivos locais, propiciar o ordenamento territorial e assim promover o seu desenvolvimento integrado.

A RIDE-DF tem como competência articular, harmonizar e viabilizar as ações administrativas da União, do Distrito Federal, dos Estados de Goiás e de Minas Gerais, e dos municípios que a compõem para a promoção de projetos que visem à dinamização econômica e provisão de infraestruturas necessárias ao desenvolvimento em escala regional (MI, 2015).

4. ESCOPO

4.1. Estrutura Analítica do Projeto (EAP)



Dicionário EAP:

- Apresentação do projeto para SEAGRI-DF e COARIDE:
 - Apresentação junto ao Secretário de Agricultura do Distrito Federal e o Conselho Administrativo da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno - COARIDE para a aprovação de um grupo de trabalho para execução do projeto.
- Publicar autorização de grupo de trabalho:
 - Publicação no Diário Oficial da formação do grupo de trabalho para elaboração do projeto.
- Levantamento junto ao INCRA e SEAGRI-DF:
 - Levantamento de informações junto ao INCRA e SEAGRI a respeito dos assentamentos quanto as suas características.
- Levantamento junto a EMATER a respeito dos benefícios disponíveis aos assentados:
 - Levantamento junto a EMATER a respeito dos benefícios disponíveis aos assentamentos e a forma de aquisição.
- Seleção dos assentamentos:
 - Seleção de dez assentamentos de acordo com o tempo de formação e níveis de desenvolvimento – dados coletados junto ao INCRA e SEAGRI-DF.
- Aplicação de questionários junto aos produtores dos assentamentos:
 - Aplicação de questionários a pelo menos cinco produtores dos assentamentos selecionados.
- Relacionar as características e as especificidades do Distrito Federal em relação aos assentamentos:
 - Relacionar as características e as especificidades do Distrito Federal em relação aos assentamentos/agricultor familiar – dados coletados junto a EMATER e SEAGRI.
- Relacionar as características e as especificidades dos municípios em relação aos assentamentos:
 - Relacionar as características e as especificidades dos municípios em relação aos assentamentos/agricultor familiar – dados coletados junto a EMATER e Secretarias de Agricultura do município.
- Tabulação de dados e análise:

- Analisar os dados primários coletados em entrevistas e questionários juntos aos assentados em diferentes condições de desenvolvimento e os órgãos vinculados a essa pesquisa de acordo com os procedimentos propostos.
- Fazer relatório com base nas análises;
 - Elaborar relatório detalhado com base nas análises feitas, observando as boas práticas em políticas públicas e gargalos colhidos nos assentamentos, apontando e sugerindo a adoção de uma lista de procedimentos incluindo Cooperação Técnica e outros meios de acordos entre os entes da RIDE-DF, respeitando suas especificidades.
- Apresentar relatório com base nos resultados da pesquisa:
 - Apresentar o relatório ao Secretário de Agricultura sugerindo as mudanças de procedimentos e as propostas de acordos entre os entes bem como a divulgação dos resultados alcançados aos demais municípios da RIDE-DF.
- Divulgar e convidar gestores da RIDE-DF para apresentação da proposta:
 - Divulgar e convidar os gestores e representantes da RIDE-DF para apresentação da proposta, indicando os benefícios da implementação.
- Publicação do projeto com a proposta aos municípios da RIDE-DF.
 - Publicar no Diário Oficial o resultado obtido pela equipe de trabalho e a relação das propostas enviadas aos municípios da RIDE-DF.
- Produção e diagramação dos resultados.
 - Produção do material digital e impresso para divulgação e entrega no local da apresentação.
- Providenciar local para apresentação da proposta.
 - Providenciar auditório e apoio para apresentação da proposta.
- Apresentação da proposta aos gestores da RIDE-DF.
 - Apresentação da proposta aos gestores da RIDE-DF
- Propor implementação do projeto aos municípios da RIDE-DF.
 - Propor implementação do projeto aos municípios da RIDE-DF.

4.2. Não escopo

- Não está incluído no escopo deste projeto a concretização de alterações na gestão dos assentamentos que é de responsabilidade da gestão de cada estado, município e agente público;

- Não estão incluídos os procedimentos para execução das políticas públicas bem como as indicações orçamentárias, sendo responsabilidade do gestor local indicar a melhor forma para alcançar seus objetivos;
- O projeto não tem como finalidade criar obrigação de cooperação entre os entes, sendo facultado a eles caso seja conveniente;
- O projeto não tem como objetivo fixar valores a serem gastos pelos entes ao adotar o modelo sugerido.

4.3. Levantamento de restrições

Consideramos fatores que limitam as opções da equipe de gerenciamento os períodos de mudanças de governo e alterações nas tomadas de decisão por motivos políticos.

4.4. Premissas

- O INCRA e a SEAGRI-DF irão disponibilizar os dados necessários para se tomar as decisões sobre quais assentamentos serão escolhidos para entrevistas;
- Os dez assentamentos escolhidos serão suficientes para realizar os levantamentos necessários para alcançar o objetivo desse projeto;
- Nos assentamentos haverá boa receptividade e os questionários serão compreendidos e respondidos por todos os entrevistados selecionados;
- Os questionários serão suficientes para fornecer os dados que os índices pedem e as perguntas serão compreendidas pelos entrevistados;
- Os dados fornecidos pelos índices facilitarão a elaboração do relatório e a elaboração das sugestões oferecidas para as tomadas de decisão pelos gestores;
- Os procedimentos para a melhoria de qualidade de vida poderão ser implantados em outras regiões da RIDE-DF, respeitando suas particularidades.

4.5. Riscos

- Baixo comprometimento/envolvimento dos gestores envolvidos no projeto;
- Gestores e colaboradores do projeto se posicionarem contra a implementação (cultura da instituição);
- Baixo engajamento por parte dos envolvidos no projeto;
- Desconhecimento de algumas das partes envolvidas acerca da abrangência do projeto;

4.6. Estrutura de gestão e principais atores envolvidos

Para o desenvolvimento desse projeto estarão envolvidos a Secretaria de Agricultura do Distrito Federal (SEAGRI) como gestora e idealizadora do projeto, o INCRA e a EMATER como fornecedores de informações a respeito das estratégias e benefícios ofertados aos produtores de assentamentos rurais da RIDE-DF para o desenvolvimento do projeto, o Conselho Administrativo da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (COARIDE) que tem como competência coordenar as atividades a serem desenvolvidas na RIDE-DF.

4.7. Quadro de Trabalho/equipe

Produto: Procedimentos de gestão em Benefício dos Assentamentos de Agricultores Rurais da RIDE-DF		
Pacote de Trabalho: Apresentação e aprovação do projeto		
Atividade: Apresentação do Projeto	Estimativa de duração 4 dias	Responsável: Um servidor da SEAGRI-DF
Atividade: Publicar autorização de grupo de trabalho	Estimativa de duração 4 dias	Responsável: Equipe do expediente do gabinete da SEAGRI-DF.
Pacote de Trabalho: Execução do Projeto		
Atividade: Levantamento de dados junto ao INCRA	Estimativa de duração 7 dias	Responsável: Um servidor da SEAGRI-DF
Atividade: Levantamento de dados junto a EMATER	Estimativa de duração 4 dias	Responsável: Um servidor da SEAGRI-DF
Atividade: Seleção de assentamentos	Estimativa de duração 5 dias	Responsável: Um servidor da SEAGRI-DF

Atividade: Aplicação de Questionários nos Assentamentos	Estimativa de duração 90 dias	Responsável: Um servidor da SEAGRI-DF, um estagiário e um condutor habilitado.
Atividade: Relacionar características DF com Assentamentos	Estimativa de duração 21 dias	Responsável: Um servidor da SEAGRI-DF e um estagiário.
Atividade: Relacionar características municípios com Assentamentos	Estimativa de duração 90 DIAS	Responsável: Um servidor da SEAGRI-DF e um estagiário.
Atividade: Tabulação de Dados	Estimativa de duração 60 DIAS	Responsável: Um servidor da SEAGRI-DF e um estagiário.
Atividade: Fazer Relatório com Base nas Análises	Estimativa de duração 90 DIAS	Responsável: Um servidor da SEAGRI-DF
Pacote de Trabalho: Implementação do Projeto		
Atividade: Apresentar Relatórios com os Resultados da Pesquisa para SEAGRI- DF	Estimativa de duração 3 DIAS	Responsável: Um servidor da SEAGRI-DF.
Atividade: Divulgar e convidar gestores da RIDE-DF para apresentação da proposta.	Estimativa de duração 4 dia	Responsável: Equipe do expediente do gabinete da SEAGRI-DF.

Atividade: Publicação do Projeto com a Proposta aos Municípios	Estimativa de duração 4 DIA	Responsável: Equipe do expediente do gabinete da SEAGRI-DF.
Atividade: Produção e diagramação dos resultados	Estimativa de duração 12 dias	Responsável: Equipe do departamento de comunicação da SEAGRI-DF.
Atividade: Providenciar local para apresentação da proposta	Estimativa de duração 11 dias	Responsável: Equipe do expediente do gabinete da SEAGRI-DF.
Atividade: Apresentação da proposta aos gestores da RIDE-DF	Estimativa de duração 1 dia	Responsável: Equipe do departamento de comunicação da SEAGRI-DF e um servidor responsável pela elaboração do relatório.
Atividade: Propor implementação do projeto aos municípios da RIDE-DF	Estimativa de duração 1 dia	Responsável: Secretário de Agricultura do Distrito Federal.

5. CRONOGRAMA

	Nome	Duração	Início	Fim	Trim 1, 2019 jan fev mar abr mai jun jul ago set	Trim 2, 2019 out nov dez jan fev mar abr mai jun jul ago set	Trim 3, 2019 out nov dez jan fev mar abr mai jun jul ago set
1	☐ Projeto de Elaboração de Procedimentos para Desenvolv. de Assentados	182 dias	10/01/19...	20/09/19...			
2	☐ Apresentação e Aprovação	8 dias	10/01/19...	21/01/19...			
3	Apresentação do Projeto	1 dia	10/01/19 ...	10/01/19 ...			
4	Publicar autorização de grupo de trabalho	1 dia	20/01/19 ...	21/01/19 ...			
5	☐ Execução do Projego	146 dias	15/01/19...	06/08/19...			
6	Levantamento junto ao INCRA e SEAGRI	7 dias	15/01/19 ...	23/01/19 ...			
7	Levantamento junto a EMATER	4 dias	24/01/19 ...	29/01/19 ...			
8	Seleção de assentamentos	5 dias	30/01/19 ...	05/02/19 ...			
9	Aplicação de Questionários nos Assentamentos	90 dias	06/02/19 ...	11/06/19 ...			
10	Relacionar características DF com Assentamentos	21 dias	06/02/19 ...	06/03/19 ...			
11	Relacionar características municípios com Assentamentos	90 dias	06/02/19 ...	11/06/19 ...			
12	Tabulação de Dados	60 dias	06/03/19 ...	28/05/19 ...			
13	Fazer Relatório com Base nas Análises	90 dias	03/04/19 ...	06/08/19 ...			
14	☐ Implementação do Projeto	33 dias	07/08/19...	20/09/19...			
15	Apresentar Relatórios com os Resultados da Pesquisa	2 dias	07/08/19 ...	08/08/19 ...			
16	Divulgar e convidar gestores da RIDE DF para apresentação da proposta	4 dias	09/08/19 ...	14/08/19 ...			
17	Publicação do Projeto com a Proposta aos Municípios	4 dias	09/08/19 ...	14/08/19 ...			
18	Produção e diagramação dos resultados	22 dias	09/08/19 ...	09/09/19 ...			
19	Providenciar local para apresentação da proposta	11 dias	02/09/19 ...	16/09/19 ...			
20	Apresentação dos resultados aos gestores da RIDE-DF	1 dia	20/09/19 ...	20/09/19 ...			
21	Propor Implementação aos Demais Municípios	1 dia	20/09/19 ...	20/09/19 ...			

Etapa	Período	Responsável
Apresentação e aprovação	10 de janeiro de 2019 à 21 de janeiro de 2019	SEAGRI-DF
Execução do projeto	15 de janeiro de 2019 à 06 de agosto de 2019	SEAGRI-DF
Implementação do projeto	07 de agosto de 2019 à 20 de setembro de 2019	SEAGRI-DF

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho tem como premissa a valorização do agricultor familiar em relação ao produtor do agronegócio, principalmente o assentado da reforma agrária por estar em situação de vulnerabilidade. O agricultor familiar tem um papel importante para a garantia da segurança alimentar do país, gera diversidade agrícola e garante uma dieta variada e é elemento central para a segurança alimentar nas escalas locais e regionais.

Este projeto de intervenção pretende contribuir, de forma significativa, na gestão dos assentamentos de agricultores familiares através do diagnóstico dos impactos dos projetos existentes e da elaboração de uma abordagem mais eficiente destes projetos pelos órgãos de gestão pública. A melhoria da eficiência dos projetos possibilita a melhoria do abastecimento de alimentos na RIDE-DF e ao mesmo tempo melhora as condições de vida dos assentados.

As possíveis melhorias obtidas na gestão dos assentamentos permitiriam uma gestão mais eficiente das políticas públicas e possibilitaria a economia de recursos e de esforços dos governos locais. Este é um projeto que pretende integrar diferentes órgãos da administração pública possibilitando um melhor diálogo entre os gestores e consequentemente uma maior integração e discussão entre os agentes públicos. Essa integração pode viabilizar novas abordagens de problemas importantes na RIDE-DF e desenhar novas possibilidades de atuação, eliminando gargalos e entraves para políticas importantes para o desenvolvimento nos assentamentos da agricultura familiar na RIDE-DF.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Agência Senado. Lei inclui 12 municípios na Região Integrada do Entorno do Distrito Federal, 2018. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2018/06/15/lei-inclui-12-municipios-na-regiao-integrada-do-entorno-do-distrito-federal>. Acesso em 14 de ago. 2018.

ALENTEJANO, P.R., O que há de novo no rural brasileiro? Terra Livre, São Paulo, n.15, p.87-112, 2000.

CARVALHO, H. M. A contra reforma agrária e o aumento das desigualdades sociais no campo. Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária. Vol. 01, n 02, p.79-91, 2014.

DENARDI, R. A. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, Porto Alegre, v.2, n.3, p. 56-62, 2001.

FERNANDES, B. M. Questão agrária e capitalismo agrário: o debate paradigmático de modelos de desenvolvimento para o campo. Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária. Vol. 01, n 02, p.41-53, 2014.

GOMES, R.M., GOMES JR., N. Questão Agrária Atual: O agronegócio e o ataque à soberania e à segurança alimentar. Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária. Vol. 01, n 02, p.115, 2014.

GUILHOTO, J. J. M., SILVEIRA, F. G., ICHIHARA, S. M.; AZZONI C. R. A importância do agronegócio familiar no Brasil. Revista de Estudos Regionais, Rio de Janeiro, vol. 44, nº 03, p. 355-382, 2006.

HEBERLÊ, A. L. O., SICOLI, A. H., SILVA, J. S., BORBA, M. F. S., BALSADI, O. V., PEREIRA, V. F. Agricultura familiar e pesquisa agropecuária: contribuições para uma agenda de futuro.p.134. In: Agricultura Familiar Brasileira: Desafios e Perspectivas de Futuro. DELGADO, G. C., BERGAMASCO, S. M. P. P., (Orgs.) Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017. 470p.

HOUAISS, ANTÔNIO. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de. Janeiro, Ed. Objetiva, 2001.

IBGE, 2006, Censo Agropecuário 2006 – Agricultura Familiar: primeiros resultados – Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. Rio de Janeiro. 267p.

INCRA -Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Assentamentos. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/assentamento>. Acesso em 12 de ago. 2018.

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário. O que é Agricultura Familiar, 2016. Disponível em:< <http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/o-que-%C3%A9-agricultura-familiar>>. Acesso em: 12 de ago. 2018.

MI – Ministério da Integração Nacional. Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno - RIDE-DF, 2015. Disponível em: http://www.mi.gov.br/regioes_integradas_df_rides. Acesso em 10 de jul. 2018.

SUDECO – Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste. Municípios da RIDE-DF, 2018. Disponível em: <http://sudeco.gov.br/municipios-ride-df>. Aceso em 30 de jul. 2018.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Por Cidade e Estado. <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/por-cidade-estado-estatisticas.html> Acessado em 18/09/2018.

INCRA -Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Incra nos Estados. Disponível em: <http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php> Acessado em 18/09/2018.

VILELA, S. L. O., Perspectivas para a agricultura familiar brasileira: elementos de um projeto político de desenvolvimento rural, para além de uma "questão tecnológica". In: Agricultura Familiar Brasileira: Desafios e Perspectivas de Futuro. DELGADO, G. C., BERGAMASCO, S. M. P. P., (Orgs.) Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017. 470p.